

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Júlio Emílio Bulyovszki Szoke

(Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto Comin - Programa de Pós-graduação em
Sociologia - USP)

Uma análise sobre os efeitos do 'Entidades' nas ocupações de moradia em SP.

Trabalho preparado para apresentação no X
Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 09 a 13 de novembro
de 2020.

São Paulo

2020

Introdução

Neste breve artigo elaborado como base para a minha apresentação no X Seminário Discente da Ciência Política da USP, pretendo avaliar os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e de seu segmento exclusivo para operação por entidades associativas, o Entidades (PMCMV-E) sobre as estratégias dos movimentos sociais na realização de ocupações na capital paulista. O programa habitacional lançado em 2009, no governo do então presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, caracterizou-se pela retomada do incentivo federal à promoção habitacional massiva no Brasil, em contraste com a dispersão da política de provisão nos anos 90 e à própria proposta social oferecida no primeiro mandato de Lula, com o Programa Crédito Solidário. O objetivo inicial do PMCMV era focado em sua concepção econômica, ele se somaria ao Programa de Aceleração do Crescimento como um combustível para acomodar a economia nacional vis-à-vis a crise dos *subprimes*, de 2008. A ideia capitaneada pelos Ministérios da Casa Civil, das Cidades e da Fazenda, que previa a participação das prefeituras, governos estaduais e legislativos municipais resultou na contratação para construção de cerca de 5 milhões de unidades habitacionais entre os diferentes segmentos de renda previstos para atendimento no programa. A possibilidade alardeada de que um terço das unidades que seriam construídas fossem destinadas às famílias que ganhavam até R\$ 1.800,00 reais, teve impacto entre os movimentos sociais atuantes na luta por moradia, fossem eles nacionais ou locais. Em muitos casos, as populações que seriam atendidas pelo programa tinham um perfil de renda semelhante ao das bases da militância dos diferentes movimentos. No âmbito do PMCMV, depois da pressão dos movimentos nacionais de luta urbana através dos encontros do Conselho Nacional das Cidades, o PMCMV-E surgiu como uma alternativa aos grandes projetos habitacionais implementados pelas empreiteiras nos faixas 1, 2 e 3. Ele dava maiores possibilidades aos movimentos para a operacionalização de uma fatia dos recursos destinados à política, eles passavam a poder apresentar projetos por meio de Entidades Associativas, com o auxílio dos governos locais e assim construir conjuntos de moradia destinados ao atendimento de demanda específica.

A promessa era a de que seriam lançadas 100 mil unidades pelo PMCMV-E, foram contratados cerca de 30 mil projetos até 2016, quando o governo formado por Temer (PMDB) acabou com o mesmo. Em termos relacionais, os números previstos e de contratos são menores do que os dos números dos PMCMV faixas 1, 2 e 3, contudo, sua expressividade está no circuito de sociabilidades que ajudou a movimentar e que orbitou ao redor do programa. O programa que esteve sempre muito associado com a sua imagem de política econômica, acabou por ser, também, associado como uma política social, cuja extinção mobilizou manifestações contrárias de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e os coletivos de movimentos Frente de Luta por Moradia (FLM) e a União dos Movimentos de Moradia (UMM), atuantes em diferentes lugares do espaço urbano, com diferentes táticas de atuação e com diferentes concepções estratégicas de interlocução com o Estado. No que tange a realização de ocupações no período, elas foram parte da realidade de muitos dos participantes de movimentos ao longo do período e serviram como forma de organizar a base militante, por meio da formação política e, também, na organização da demanda por moradia entre a base e para a base.

Em São Paulo, cidade muito marcada pelas grandes ocupações dos anos 80, levantadas com a contribuição de militantes das Comunidades Eclesiais de Base e pelos Mutirões do começo da década de 90, no governo municipal da prefeita Luiza Erundina (PT), as ocupações adquirem diferentes dimensões e características no avançar dos anos 2000. Na região central da cidade, movimentos como o Movimento Sem-Teto do Centro MSTC e Movimento de Moradia da Região do Centro concentram-se na pressão por moradia no próprio centro, reivindicando que ela seja feita, se possível, nos espaços das próprias edificações ocupadas. No PMCM-E, esses movimentos de atuação em áreas centrais foram contemplados com a possibilidade de reabilitação de edificações, que poderiam ser cedidas pela prefeitura, com a utilização de instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor da Cidade. Diferente destes, o MTST adota como preferência a ocupação de terrenos nas periferias de SP e/ou nas cidades da Região Metropolitana de SP. Ao longo de sua trajetória, o movimento passou por inúmeros ajustes táticos, sendo que as ocupações passaram a ser vistas como a forma utilizada pelo movimento

para chamar atenção para o problema da falta de moradia e dos preços altos dos aluguéis em toda a cidade, a ocupação é tomada como instrumento para manter a mobilização política e para mantê-la.

Os programas MCMV e o MCMV-E impactaram nas estratégias dos movimentos à medida em que suas mecânicas de aplicação possuíam margens flexíveis. A mobilização através das ocupações ampliava a discussão de diferentes pautas sobre a luta urbana e pela qualidade da moradia em cada contrato feito, ao mesmo tempo em que contribuía para organizar a população dispersa na cidade entorno da militância, pressionando assim por mais atenção ao problema da habitação. A política também teve ganhos a partir de toda essa movimentação, principalmente se considerarmos a sua escala de aplicação, que com o MCMV-E possibilitou alcançar populações muito pobres, com condições de subsídio e crédito mais vantajosas.

Por fim, concluirei apresentando algumas das críticas feitas na bibliografia sobre o MCMV-E a esse circuito ativado pelo programa, que segue o padrão de produção de mercado, provendo moradia para população de baixa renda pela via do crédito, mesmo com altos subsídios. Também irei explorar, brevemente, o fato de que esses efeitos, todos aparentemente positivos no sentido das possibilidades que geraram, não terem dado conta de excluir o processo de criminalização de movimentos sociais e de seus militantes. As ocupações continuam neste período sofrendo ameaças de despejo violento, com a prisão da militância e de suas lideranças. Opressões que se potencializam em um momento em que os três níveis de poder executivo, no município, no estado de SP e no Brasil são ocupados por projetos políticos que condenam os movimentos e suas ocupações, e que impõe uma política de despejos, mesmo em um período como o que é vivido em 2020, de enfrentamento de todas as restrições à vida impostas pela crise relacionada à pandemia da Covid-19.

Uma síntese das análises sobre as ocupações pré e pós-88, das desigualdades, das políticas escassas e da pobreza no Brasil.

A urbanista Ermínia Maricato narra em texto de 1997, em uma dedicatória a João Pedro Stedile, liderança do MST que durante o governo de Fernando foi processado por incentivar a ocupação de imóveis urbanos ociosos, sobre o que chamou de a novidade recente das ocupações realizadas a partir dos anos 80, que desde então começavam a ganhar um caráter massivo e organizado, em contraposição às ocupações gradativas e de caráter individual que sempre existiram. Ermínia chama a atenção para a causa desse fenômeno massivo, questionando o senso comum que construía uma associação entre realização de ocupações e a existência de lideranças subversivas, cuja a intenção era o do enfrentamento da lei. A urbanista constrói a síntese de uma resposta ligada a chave de explicação teórica que adota ao longo de sua produção acadêmica e engajada, oferecendo o argumento de que as ocupações são resultado de um processo de urbanização da população brasileira segregador e excludente. Apesar deste processo ter acontecido sobretudo no século XX, a autora afirma que ele conserva muitas das raízes da sociedade patrimonialista e clientelista próprias do Brasil pré-republicano. As cidades, e as suas ocupações, seriam, em grande parte, a representação concreta da reprodução da força de trabalho, que desde sempre, se deu pelos expedientes de subsistência, que vigem até pleno final do século XX.

A reprodução das desigualdades sociais constituídas no mercado de trabalho capitalista, tomada em conjunto com a intensificação do processo de industrialização com baixos salários (OLIVEIRA, 1972, p.31), com a realização de investimentos regressivos em favorecimento a algumas localizações (FERREIRA, 2019) pelas gestões municipais e com a aplicação arbitrária da lei (RODRIGUES, 2013), nos ajudaria a entender, segundo nos diz Maricato, como as ocupações organizadas e massivas se constituíram no Brasil através da informalidade e da ilegalidade.

O sociólogo Francisco de Oliveira, destina um parágrafo de seu texto de 1972, “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, para falar do assunto da autoconstrução de maneira geral, o que nos permite entender a base de sustentação nos

regimes de construção no interior das ocupações no Brasil. Ele associa a produção de moradias por meio da adoção da prática da autoconstrução à combinação do arcaico e do moderno no desenvolvimento capitalista industrial do Brasil, um país da periferia do Capital, que enfrentou como desafio a sustentação econômica da alavancagem da industrialização nacional. A autoconstrução contribuiu neste processo na medida em que ela reduziu os custos e a pressão pela remuneração salarial da classe trabalhadora.

Se a autoconstrução servia como um combustível extra na expansão capitalista brasileira, as localizações das autoconstruções tinham o seu lugar nos espaços onde a valorização da terra era menos intensa. Em artigo elaborado para a disciplina “Formação Urbana e Condicionantes da Produção do Espaço no Brasil”, João Sette analisa a produção do espaço a partir do conflito entre capital e trabalho, ou seja, como resultante da luta de classes. O espaço urbano é posto como um produto do trabalho humano, através do qual se definem as localizações, bem como os valores de cada localização. A disputa pela terra enquanto mercadoria urbanizada, dotada de localização é diferenciada pela interligação de cada local com uma rede de infraestruturas – vias, redes, serviços etc. –. Ancorado nos escritos de Deák e de Villaça, João Sette nos conta que a relação dialética desempenha papel central na produção do espaço. Neste sentido, a intervenção estatal, dirigida pelo poder de poucos, é condição para a existência da localização, tendo em vista que o planejamento feito em etapa posterior ao desenvolvimento das cidades, o que é quase regra na construção das cidades brasileiras, favorece um caráter regressivo de investimento estatal, focando o empenho de forças de cada gestão municipal no fortalecimento da infraestrutura existente em algumas localizações “privilegiadas”.

A explicação que oferecemos até aqui segue uma linhagem de pensamento mais marxista. Contudo, é de se destacar a existência de uma diversidade de outras abordagens, que avançaram na análise da temática do espaço urbano e de como os processos vivenciados em cada territorialidade interfere no destino da sociedade como um todo. Em uma análise das políticas focadas no território e em diálogo com os autores que chamam a atenção para a crise urbana - grande interesse de pesquisa na área do urbano -, o cientista político Eduardo Marques propõe uma leitura dos problemas

urbanos a partir de uma abordagem diferente da feita por autores que analisam através de um olhar mais macro social. Em texto de 2009, o autor defende uma abordagem mais relacional do problema, parte para isso, pela compreensão da problemática da pobreza urbana que traz para o centro do debate as relações que a caracterizam. Para o autor, a influência dos padrões de relação sobre as situações sociais não pretende negar a importância das chamadas condições econômicas objetivas nem das estratégias e dos comportamentos individuais, ambos essenciais para a compreensão do fenômeno, a pretensão é a de intermediar as leituras sobre a pobreza explicando-a pelos processos sociais que o cercam. Tendo em vista essas ponderações de Eduardo Marques, feitas em um texto sobre a pobreza urbana, situado em sua fase mais focada do autor nos estudos de redes sociais, sigo com a análise de algumas experiências históricas de produção por autoconstrução, que tenta aproximar a abordagem mais relacional proposta pelo cientista político supracitado com os estudos sobre a desigualdade na produção do espaço e de seus efeitos.

Na esteira da radicalização política experimentada durante o período do regime militar, que permeou também a atuação da igreja católica, uma teia de organismos populares se reuniu na formação de Comunidades Eclesiais de Base (SINGER, 2010), que adotaram como método a ideia ver, julgar e agir para transformar a realidade. Consolidou-se, entre as comunidades, a interpretação de que a culpa pelos problemas relacionados com a pobreza urbana não era somente relacionada a governos, ela era, sobretudo, inerente à própria organização social capitalista. As respostas ao problema, como compreendidas pelos membros das comunidades eclesiais para os males urbanos crescentes, só viriam da própria conscientização e da solidariedade mútua entre os agentes sociais, fortalecendo os seus vínculos entre si, tornando possível a articulação de reivindicações para si.

Com o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base na ordenação das esquerdas daquele período, ganhou força a ideia de que a legitimidade da participação social, empenhada em diversas frentes - como a reivindicações por moradia -, está vinculada à noção do controle social dos recursos e das ações estatais (SINGER, 1981, p. 85). Desenhou-se, através desta ideia, a base de estímulo para formação de uma

composição entre diferentes setores sociais orientados pela pressão ao Estado. Esse é um dos caminhos que ajuda a entender a formação de um grande partido de massas no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Com o fim da ditadura e com o avanço da democratização, surgem novos partidos, incluindo o PT. As eleições voltam a ser uma arena de intensa disputa em um sistema eleitoral que, depois da imposição do regime ditatorial na polarização ARENA vs. MDB, voltava a permitir fragmentação partidária. Com o problema da habitação continuamente crescente nas cidades, muito em decorrência da expansão caótica delas em um país com forte concentração de renda e sem nenhuma política de provisão habitacional estruturada, o tema ganha força nas disputas para os governos locais pós abertura, principalmente entre os partidos de oposição ao que representou a organização política na ditadura. Construir novas propostas, alternativas em relação ao processo centralizado, imposto pelo regime militar através do Banco Nacional de Habitação, era o desafio a ser resolvido. O programa de Mutirões da Prefeitura de São Paulo, também chamado de Funaps Comunitário, realizado durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989 - 1992)¹, foi um marco nesse processo. Pela primeira vez, um programa público foi feito exclusivamente com esse caráter, financiando 12.351 unidades habitacionais, em 93 convênios, a exemplo do Mutirão Jardim Celeste, tocado pela UMM-SP, do Mutirão 26 de Julho, assessorado pela Usina CTAH e do mutirão XV de novembro, com recursos da Cohab-SP. Realizado exclusivamente com recursos próprios do município, o programa inovou ao repassá-los diretamente às entidade que, junto com uma assessoria técnica escolhida e contratada pela entidade responsável, eram responsáveis pela elaboração dos projetos, da compra dos materiais e da execução das obras². Os terrenos para as construções eram cedidos pela prefeitura ou pela empresa de habitação do município Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab-SP), ou ainda adquiridos pelas próprias associações. Após a gestão petista, o programa foi suspenso e criminalizado pelas gestões municipais paulistas seguintes (1993 - 2000). O repasse de

¹ Na época, Luiza Erundina estava filiada ao Partido dos Trabalhadores, sendo que a sua vitória nas eleições municipais foi também uma das primeiras grandes vitórias eleitorais do partido.

² Feitas parte em mutirão e parte com mão de obra contratada por empreitada.

recursos às entidades foi paralisado e, em consequência, as obras também, como relata a urbanista e militante Evaniza Rodrigues, em sua dissertação de 2013.

Podemos ler melhor sobre esse processo de criminalização pós mutirões na entrevista realizada e narrada por Vera Telles, com o personagem das tramas urbanas chamado Devanir, em um capítulo do livro “*Nas tramas da Cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios*”:

Devanir conta os episódios com uma evidente nostalgia dos tempos das grandes mobilizações. Para ele, tudo isso foi se desfazendo no correr dos anos 90. Os movimentos de moradia conseguiram conquistas importantes no governo Erundina (1988-1992), e os mutirões passaram a fazer parte da paisagem urbana das periferias da cidade. Depois, as coisas se complicaram com o governo Maluf. Muitos mutirões foram desativados, os movimentos passaram por dificuldades crescentes em suas negociações com os poderes públicos e o jogo da cooptação e corrupção começou a vigorar. Conta que as propostas de cooptação chegaram perto: “o pessoal do Maluf me propôs dinheiro, eu era conhecido por estar ajudando a luta em São Miguel, então me propunham, mas eu não quero saber disso, por uma questão de moral”. O movimento de moradia, avalia Devanir, perdeu fôlego. Teria “que ser forte igual era em 85, 87, 88”, mas não é mais (TELLES, 2006, p.304).

O Minha Casa Minha Vida como ruptura no padrão de política anterior e a construção do Minha Casa Minha Vida Entidades.

Depois de um encolhimento da participação federal nos programas de provisão habitacional durante a década de 90, a primeira década do século XXI se caracterizou pela retomada da política habitacional como política de nível nacional e de produção massiva de moradia. Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2002, abriu-se caminho para que os movimentos de luta por moradia, que antes pressionavam o governo pelo lado da oposição de esquerda ao governo de Fernando Henrique Cardoso, exercessem formas de pressão a um governo autodeclarado de esquerda, como foi o governo Lula. Olhando pelo lado da disputa política, havia uma grande expectativa do lado dos movimentos sociais de que as suas demandas fossem mais toleradas e consideradas pelo governo petista.

A relação do PT com políticas pretéritas de produção de moradia, bem como a sua orientação inicial de abertura para interlocução com a sociedade civil organizada contribuiu para a formação de um ciclo de esperança de que os novos rumos da política federal de habitação seguissem o sentido da facilitação e barateamento do acesso ao crédito imobiliário pela população de baixa renda, e o do estímulo à participação da sociedade civil organizada na tomada de decisões sobre a política habitacional, seja através das discussões no interior dos próprios movimentos, como também nos Conselhos e nas Conferências instituídos ao longo do governo.

Esse ciclo ganhou materialidade ao longo governo Lula, com a aprovação da Lei Federal nº 11.124, em 2005, que dispõe sobre o SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que atendia a um Projeto de Lei de Iniciativa Popular entregue ao Congresso em 1991 por meio do Fórum Nacional de Reforma Urbana - a aprovação se deu 15 anos após a sua proposição. Além do SNHIS, destaca-se a formulação Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, vinculado ao desenho de aplicação orçamentária do fundo, que partia da indução federal para o estímulo de um mercado descentralizado de produção habitacional para baixa renda, vide ao que havia sido

construído como proposta de política com o Estatuto da Cidade (de 2001), com a criação do Ministério das Cidades (em 2003) e com a implantação do Conselho das Cidades (em 2003).

Neste contexto de orientação federal para as políticas urbanas, os movimentos de moradia continuaram pressionando os governos no sentido da criação de um programa de habitação de interesse social que apresentasse resultados concretos, como com a construção de habitações efetivamente ocupadas pela população mais carentes. Em resposta às demandas, o Ministério das Cidades apresentou uma proposta para utilização dos recursos de um fundo secundário, o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que deu origem a um programa pautado numa tentativa de flexibilização da rigidez na adoção de critérios bancários para realização da operação de financiamento habitacional, tratava-se do Programa Crédito Solidário (MORENO, 2016).

O objetivo do programa era o de oferecer crédito mais barato e simples para o financiamento habitacional das famílias de baixa renda, organizadas em associações, cooperativas, sindicatos ou entidades da sociedade civil organizada. A aplicação do programa foi alvo de críticas dos movimentos sociais devido à morosidade de aprovação de projetos habitacionais, principalmente nos seus primeiros anos. O primeiro contrato assinado data de julho de 2005, um ano após o lançamento do programa, demonstrando as dificuldades iniciais para operacionalização do mesmo. Os agentes proponentes - as associações comunitárias e cooperativas - não representavam os tradicionais agentes com os quais o corpo burocrático da CEF costumava rotineiramente operar, o que foi considerado o principal motivo para a morosidade mencionada.

Apesar dos problemas, o Programa Crédito Solidário se destaca pelo fortalecimento da figura das entidades organizadoras. As entidades estabeleceram diferentes graus de vinculação e relação com os movimentos nacionais e locais, elas tiveram papel fundamental na composição da demanda por moradia a ser atendida pela política de provisão, mobilizando bases próprias ou de parcerias com movimentos sociais de luta por moradias para o cadastramento junto às prefeituras e à Caixa Econômica Federal.

Em 2009, algum tempo após a extinção da garantia de recursos para o Programa Crédito Solidário, o governo se mobiliza para o lançamento do Minha Casa Minha Vida (MCMV), uma resposta à crise econômica mundial, que visava aquecer a economia através de estímulos às atividades da construção civil no país. O governo lançou o programa moldado como um produto para atender à promoção pública habitacional, focada para atender o segmento popular do mercado imobiliário. O urbanista João Sette destaca que o MCMV: “representou uma vigorosa retomada da ação do Estado no subsídio à habitação”. Superou, em termos de recursos, os cenários mais otimistas discutidos através do Plano Nacional de Habitação. No entanto, o programa MCMV foi construído de forma externa ao Conselho das Cidades, “a discussão no âmbito do Conselho das Cidades iniciou-se apenas no dia do Lançamento do programa” (FERREIRA, 2012, p. 129), ou seja, uma ruptura com toda a estrutura de diálogo anterior construído com a sociedade civil organizada.

No desenho do programa MCMV, o Faixa 1 ofereceu um produto habitacional quase totalmente subsidiado, garantindo a construção de unidades habitacionais com recursos da CEF, distribuídas ou por incorporadoras, ou por governos locais a partir de seus próprios cadastros de demanda. Em termos de base dos contratos com a maior previsão de subsídio, os moradores-beneficiários se comprometiam a pagar, no ato da assinatura do contrato com a caixa, parcelas mensais no valor de R\$ 25,00 ou 5% da renda familiar mensal, por 120 meses. A diferença entre o custo das unidades, cujos limites de preço eram especificados pelas normativas do programa, e a quantia total paga pelos moradores era coberta por recursos de fundos públicos. Dessa forma, o subsídio foi de aproximadamente 96% do valor de algumas unidades.

Nas Faixas 2 e 3, tanto a construção como a comercialização das unidades habitacionais são feitas diretamente pela empresa privada que construiu os imóveis. A CEF financia a produção e fornece os subsídios, mas os riscos e responsabilidades são assumidos pela empresa. O financiamento se dá com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que se constitui como um “dinheiro mais caro”, que exige retorno e cobra juros. Na faixa 2, o nível de subsídio é de cerca de 20% do limite de preço da unidade, e a este se somam outros benefícios, como linhas de crédito com

taxas de juros abaixo das condições de mercado e concessão de garantia por um fundo público (FG). Os benefícios da faixa 3 são apenas crédito mais barato e a garantia do Fundo Garantidor.

O Pacote Habitacional contou com um conjunto de subprogramas, modalidades, com diferentes fontes de recursos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores e faixas de renda atendidas. Para a faixa 1, ou seja, para as famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00, apresenta-se o Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, que abrange as modalidades reconhecidas como MCMV/FAR Constutoras, Oferta Pública de Recursos (para municípios com até 50 mil habitantes) e o MCMV/FDS Entidades.

O MCMV Entidades, objeto de interesse para o presente artigo, teve parte de suas regras oriundas do antigo PCS e outra parte equiparada ao programa MCMV destinado às construtoras. A modalidade se diferencia do MCMV geral por confiar à Entidade Organizadora a responsabilidade pelo contrato, pela seleção, organização e indicação dos beneficiários, os quais devem se enquadrar nas regras gerais do programa, o que inclui a inscrição e a submissão aos critérios do CadÚnico. Com relação ao PCS, no MCMV Entidades a equação financeira não partiu do valor financiado, mas da capacidade de pagamento da família beneficiária. Além disso, exclui-se a exigência da análise cadastral.

O programa MCMV Entidades funcionou por meio da concessão de financiamentos a beneficiários organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora (associações, cooperativas, sindicatos e outros), com recursos provenientes de fundos públicos. Estados e municípios podiam incrementar os recursos, por intermédio do aporte financeiro, de bens e/ou serviços. Na faixa de atendimento em que se insere este programa, a moradia é quase que integralmente subsidiada, e a parcela mensal paga pela família beneficiária é determinada pela sua capacidade de pagamento.

As Entidades Organizadoras (EOs) são as entidades que conseguem contratar seus projetos no âmbito do programa, como uma espécie de “procuradoras” das famílias beneficiárias, respondendo diretamente à CAIXA sobre as documentações apresentadas, incluindo os projetos técnicos e licenciamentos, o uso dos recursos do financiamento, o

cumprimento do cronograma de obras previsto, a indicação e organização das demandas, entre outros com base nas regras do programa. Como nos diz a urbanista Camila Moreno, em sua tese apresentada em 2016, as entidade precisavam se “profissionalizar”, para ter sucesso no programa. Elas assumiram diretamente, ou por meio de parcerias, várias das funções que antes eram compartilhadas com assessorias técnicas.

Os efeitos das entidade sobre as ocupações:

O programa que esteve sempre muito associado com a sua imagem de política econômica, acabou por ser defendido por diferentes movimentos sociais atuantes no Brasil como uma política social de grande importância. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), os coletivos de movimentos Frente de Luta por Moradia (FLM) e a União dos Movimentos de Moradia (UMM), atuantes em diferentes lugares do espaço urbano, com diferentes táticas de atuação e com diferentes concepções estratégicas de interlocução com o Estado defenderam o programa antes da extinção do mesmo nos governos Temer e Bolsonaro.

No que tange a realização de ocupações no período, que foram parte da realidade de muitos dos participantes de movimentos ao longo do período de aplicação da política do MCMV, elas serviram como forma de organizar a base militante, por meio da formação política e, também, na organização da demanda por moradia entre a base e para a base. Na região central da cidade, movimentos como o Movimento Sem-Teto do Centro MSTC e Movimento de Moradia da Região do Centro concentraram-se na pressão por moradia no próprio centro, reivindicando que ela seja feita, se possível, nos espaços das próprias edificações ocupadas. No PMCM-E, esses movimentos de atuação em áreas centrais foram contemplados com a possibilidade de reabilitação de edificações, que poderiam ser cedidas pela prefeitura, com a utilização de instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor da Cidade.

Diferente destes, o MTST adotou no período, como preferência, a ocupação de terrenos nas periferias de SP e/ou nas cidades da Região Metropolitana de SP. Ao longo de sua trajetória, o movimento passou por inúmeros ajustes táticos, sendo que as ocupações passaram a ser vistas como a forma utilizada pelo movimento para chamar atenção para o problema da falta de moradia e dos preços altos dos aluguéis em toda a cidade, a ocupação é tomada como instrumento para manter a mobilização política e para mantê-la.

Os programas MCMV e o MCMV-E impactaram nas estratégias dos movimentos na medida em que suas mecânicas exigiam o engajamento em um conjunto de necessidades do programa, que como nos diz a urbanista Camila Moreno, levou a

profissionalização das entidades. É importante destacar que os movimentos e as entidades foram instituições distintas, que não podem ser confundidas, mas que tiveram que se associar. Neste sentido, a mobilização dos movimentos sociais através das ocupações ampliava a visibilidade da pauta da falta de moradia, ao mesmo tempo em que contribuía para organizar a população dispersa na cidade entorno da militância, pressionando assim por mais atenção ao problema da habitação. A política também teve ganhos a partir de toda essa movimentação, principalmente se considerarmos a sua escala de aplicação, que com o MCMV-E possibilitou alcançar populações muito pobres, com condições de subsídio e crédito mais vantajosas.

Alguns urbanistas chamaram a atenção para o fato de que, justamente o MCMV-E ter seguido o padrão de mercado na produção habitacional para as populações em diferentes contextos de pobreza, provendo moradia para população de baixa renda pela via do crédito, ou seja, da integração a um circuito financeiro. Outra crítica se foca no fato de o padrão das habitações não apresentarem, na maioria dos casos, uma tipologia projetual de maior qualidade.

Apesar de um vínculo indireto com instituições estatais, pela parceria via Entidades, as ocupações continuam, neste período, sofrendo ameaças de despejo violento, com a prisão da militância e de suas lideranças. Um exemplo notável da criminalização aos movimentos, acontece com a prisão de membros dos movimentos de moradia atuantes no centro em decorrência do desabamento do prédio Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, no Centro de São Paulo. Os militantes do MSTC Preta Ferreira, seu irmão e Carmen Ferreira foram arbitrariamente condenados, depois do ocorrido.

Por fim, já em um contexto de fim do Minha Casa Minha Vida, em um momento de enfrentamento à crise humanitária decorrida das restrições pela Covid-19, vemos, no segundo trimestre de 2020, um aumento do número de remoções. De acordo com dados do LabCidade, na Região Metropolitana de São Paulo, entre abril e junho de 2020, foram realizadas 6 remoções que impactaram pelo menos 1300 famílias. Correspondendo ao dobro de casos mapeados no trimestre anterior (janeiro a março de 2020). A maior parte dessas remoções foram realizadas sob ordens de execução do

Tribunal de Justiça. Tudo feito após acordo para que não fosse feita nenhuma remoção enquanto durasse a crise, que como sabemos agora em novembro de 2020, ainda não acabou.

Referências Bibliográficas:

CAMARGO, Camila Moreno de. **Minha Casa Minha Vida Entidades**: entre os direitos, as urgências e os negócios. 2016. Tese de Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Notas sobre a visão marxista da produção do espaço urbano e a questão da ‘renda da terra’**.

MARICATO, Ermínia. **Nunca fomos tão participativos**. Carta Maior, 09/05/2010.

_____. **Enfrentando desafios**. São Paulo, FAUUSP, (T. Livre Docência), 1997

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. **As redes sociais importam para a pobreza urbana?** Dados vol.52 no.2 Rio de Janeiro June 2009.

RODRIGUES, Evaniza Lopes. **A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia**. 2013. Dissertação de Mestrado em Habitat - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TELLES, Vera da Silva. Capítulo 6 – No outro extremo da cidade: “aqui é tudo ocupação”. In: **Nas tramas da cidade : trajetórias urbanas e seus territórios**. Org. por Vera da Silva Telles e Robert Cabanes. – São Paulo : Associação Editorial Humanitas, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **A Terra como Capital (ou a Terra-Localização)**. Revista Espaço & Debates. São Paulo, nº 16, 1985.